

INCLUSÃO VERSUS EXPANSÃO DO DESASSOSSEGO:

AUTOR: Doutor Carlos Lopes da Graça - instituição: Universidade Gregório Semedo

Email: carlospsicologo2141@yahoo.com

O objectivo desta comunicação consiste numa abordagem teórico-prática a partir dos anos 1960, com foco nos novos conceitos e práticas que começaram a ser introduzidos no âmbito das respostas educativas a todos os alunos, independentemente das desvantagens, deficiências e/ou handicap's que eventualmente possam apresentar expandindo ainda mais o ensino muito além da população de elite que inicialmente beneficiava deste privilégio, focalizando desta forma novos modelos de educação (Integração e Inclusão) em detrimento dos mais antiquados (Exclusão e Segregação).

Neste contexto é preciso ter em conta que sendo a Inclusão um processo que

Possibilita o alargamento do atendimento escolar a todos os indivíduos independentemente das suas desvantagens, Deficiências e/ou handicap's que eventualmente possam apresentar, esta pressupõe também a inclusão de especialistas adequadas as necessidades específicas desta nova população alvo do atendimento educativo.

Posto isto, importa realçar que a Inclusão, o actual modelo de atendimento educativo aconselhado pelos especialistas da matéria como por exemplo Luís Correia (1999) veio desencadear de facto o desassossego no seio dos sistemas educacionais, na medida em que esta não está preparada para atender os alunos portadores de determinadas deficiências e/ou handicap's. Isto significa que, para além dos professores não serem especializados em determinadas áreas do ensino especial na sua grande maioria, a maioria das escolas não estão apetrechados com os respectivos materiais didácticos, o que intensifica mais o desassossego das crianças com NEE, respectivos familiares, escolas e sociedade em geral.

Palavras Chave: Inclusão, Desassossego.

OBJECTO DE ESTUDO

Há palavras que exprimem, em certos momentos, o “espírito do tempo”. A palavra “inclusão” é uma delas. Praticamente desconhecida há uma década atrás, “inclusão” assumiu uma presença cada vez mais frequente nos discursos educacionais, sociológicos e políticos.

A palavra tornou-se de tal maneira comum que extravasou o seu significado social de forma que hoje é possível encontrar restaurantes com “menus inclusivos” (aqueles em que está tudo incluído...) e até “bagagem inclusiva” (talvez aquela que pode levar todos os pertences do seu proprietário). A palavra “inclusão” tornou-se quase imprescindível no discurso político, usada da direita à esquerda ainda que, certamente, com significados muito diferentes. Por causa disso a palavra sofreu uma enorme erosão e desgaste fruto do seu uso tão frequente e também pelas muitas ambiguidades que nela se acolitavam.

Quando a palavra surgiu nos campos da Educação, da Sociologia e da Política, apareceu para designar algo novo, uma evolução, uma alternativa à palavra “integração”. Entendia-se, para justificar esta mudança, que “integração” tinha um significado muito conotado com uma estrutura social que se mantém incólume e impávida enquanto algo ou alguém se pretende “integrar” nela. Em países francófonos utilizou-se por exemplo a expressão “adaptação escolar” com a mensagem implícita que quem tinha de se adaptar à escola era o aluno e assim absolvendo a escola de fazer qualquer movimento que facilitasse a sua integração. A palavra “inclusão” apareceu para assinalar outra visão, surgiu com a ideia que não é só o indivíduo tem de procurar e se integrar na sociedade/ comunidade/escola mas que estas estruturas têm pelo seu lado de se modificar, de se aproximar do indivíduo. Não é pois correcto colocar todo o ónus da inclusão na actuação do indivíduo, dado que a inclusão é um processo

2 Pós Doutorando em Avaliação e Qualidade do Ensino Superior; Doutor em Didáctica e Organização Educativa, com especialidade em Métodos de Investigação e Diagnóstico em educação, pela Universidad de Sevilla - Espanha; Docente Investigador, Chefe do Departamento de Psicologia e Assessor de Planeamento Avaliação e Promoção da Qualidade pela Universidade Gregório Semedo.

interactivo, e assim sendo, tem que ser avaliado em duas dimensões: o que é o indivíduo pode fazer para se incluir e o que é que o “lugar da inclusão” faz para o incluir.

Sendo oriunda sobretudo de países anglo-saxónicos, a palavra “inclusão” encontrou inicialmente algumas resistências em países latinos. Não faltaram vozes que diziam que inclusão era “fechar uma coisa dentro de outra coisa” e que, por isso, era um termo desadequado. Estas leituras foram sendo abandonadas e outros significados e conotações de inclusão começaram a ser usados tais como “envolvimento”, “abrangência”, “compreensão”.

Mas o que significa estar incluído? O que não significa, certamente, é estar “encerrado” ou “contido”, em suma “obrigado” a pertencer a uma estrutura que não se pediu filiação nem se deseja integrar. Estar incluído numa estrutura indesejada seria até o contrário de inclusão: seria uma violência. Na verdade, todos nós gostaríamos face a um grupo com o qual profundamente discordamos de afirmar “Incluam-me por favor fora do vosso grupo”. Mas a inclusão não se pode conceber só como “estar fora”. A inclusão deve ser a possibilidade, a virtualidade ou a realidade de “pertencer”.

Gostaria de realçar dois aspectos afirmativos que pertencem a esta arquitectura de “pertença” do conceito de inclusão: o primeiro é que estar incluído é antagónico a estar excluído. Quer dizer que a inclusão se constitui antes de mais como uma trincheira de combate à iníqua e epidémica exclusão que existe nas nossas sociedades. Exclusão devida à desigualdade social, às condições de deficiência, exclusão justificada pela inteligência, pelo dinheiro, pelo nascimento e até pelo género. Inclusão é pois, e antes de mais, o oposto, o antídoto e a convocatória para lutar contra a exclusão. Em segundo lugar, “estar incluído” é ser bem-vindo aos serviços, instituições, grupos e estruturas que podem interessar ao desenvolvimento, à participação, à cidadania e à actividade humana de cada pessoa. E aqui existe um enorme campo de progressão que as estruturas sociais têm de fazer para que cumpram a parte que lhes compete na inclusão. Precisamos que as pessoas não sejam barradas por preconceitos, por barreiras, por atitudes afectadas, pela defesa patética dos

valores da instituição à custa dos valores das pessoas. Precisamos que a inclusão esteja na linha da frente da missão que as estruturas da nossa sociedade têm que concretizar.

Inscrever a inclusão nas prioridades da missão das instituições não é mais do que regressar à verdadeira causa pelas quais elas foram criadas. Vejamos exemplos: quando se criaram as escolas não foi dito, por exemplo, que elas deveriam ser só para alunos sem deficiência; quando se criaram os hospitais não se disse que eles eram só para quem tivesse dinheiro; quando se criaram os transportes públicos até lhes foi dado o nome de “omnibus” (“para todos”). Portanto, pensar em inclusão é “limpar” todas as pequenas alíneas, atitudes, normas e condicionamentos que impediram perversamente que as instituições sociais cumpram aquilo para que foram criadas.

Mas infelizmente os antecedentes a política de Inclusão deixaram muito a desejar:

É do conhecimento de todos que antigamente as crianças com deficiência não beneficiavam de quaisquer direito e inclusivo em muitas sociedades antigas não tinham direito a própria vida. As deficiências eram associadas a imagem do Diabo e actos de feitiçaria pelo que era ético executar as referidas crianças.

Na Grécia Antiga, as crianças portadoras de deficiência eram atiradas ao rio e em Roma abandonavam-nos à sua própria sorte nas florestas.

Mas felizmente as coisas têm vindo a melhorar ao longos dos tempos, depois desta bárbara política de exclusão dos portadores de deficiência emergiu novas políticas tais com as da Segregação (), Integração e Inclusão ().

Nesta sequência convém realçar que: Dia 7 de Junho próximo, faz vinte anos que se iniciou em Salamanca uma Conferência promovida pela UNESCO. Desta conferência saiu uma Declaração que foi subscrita por 92 países – entre

os quais Portugal – e mais 25 organizações não-governamentais. Esta Declaração tem uma importância seminal no aprofundamento de uma perspectiva de “educação para todos”.

Antes de 1994, existiam já documentos internacionais que proclamavam o direito de todas as pessoas à Educação. Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) de 1948, afirma no seu artigo 26º que “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório (...)”. Na decorrência da DUDH muitas foram as declarações e convenções que confirmaram este direito universal à Educação. Mas então o que há de novo, de original, na Declaração de Salamanca? É, talvez, a forma como este direito deve ser concretizado. Senão vejamos:

Ainda no preâmbulo da Declaração de Salamanca se diz (e vale a pena voltar a ler):

“(...) as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, (...) as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.”

Estes dois parágrafos têm um alcance ético e implicações práticas extraordinárias. Quando se afirma que as escolas regulares se devem adequar às necessidades dos alunos, está a traçar-se uma linha divisória muito clara entre uma concepção de educação que está “lá em cima” (e que os alunos têm

que “escalar”) e outra concepção em que a escola não está nem em cima nem abaixo dos alunos: está ao seu lado. Está ao lado dos alunos porque os conhece, conhece o seu contexto, conhece os valores que lhe foram transmitidos até então, conhece a forma como o aluno aprende melhor, conhece a forma como ele se relaciona, enfim, conhece o tempo que ele precisa para aprender o que é necessário para ser um cidadão útil e ético. Afirmar numa Declaração Internacional que a escola tem a obrigação – sob pena do seu insucesso como instituição pública – de servir competentemente a todos os alunos, é original e, mais do que isso, é uma referência que devia ser tomada como princípio inspirador de toda a pedagogia que se pratica na escola.

No segundo parágrafo afirma-se que as escolas regulares são os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias e de criar comunidades abertas e solidárias (...). De novo as escolas regulares são convocadas para serem aquilo que por vezes esquece que são: escola para todos sem qualquer exceção, Escolas Públicas. É certo que existem forças, atitudes e opiniões que querem que a escola pública se esqueça daquilo que deve ser: há normas que encorajam a selecção e a segregação dentro da escola, há opiniões que barram e desencorajam que todos os alunos se possam matricular e ter sucesso na escola da sua comunidade, há professores que acham que não há qualquer alternativa a cumprir o “sacrossanto” currículo (e “daquela” forma), há pais que desconfiam das escolas que são frequentados por alunos pobres ou com deficiências, etc. etc.

Mas Salamanca aqui está. Vinte anos depois a dizer, a proclamar e a apontar o caminho que é preciso fazer e trilhar para se construírem sociedades abertas e solidárias. E avança com os meios que são necessários para isso: construir antes de mais uma Educação Inclusiva.

Dia 7 de Junho uma associação de professores “Pró-Inclusão” e uma associação de Pais “Pais em Rede” vão realizar às 10h00 no auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian uma sessão comemorativa da Declaração de Salamanca. Uma sessão aberta e inclusiva.

Nesta perspectiva, os educadores, em particular, devem reconhecer a força dessas tendências e enxergar as suas implicações para moldar e limitar as escolhas disponíveis de políticas e práticas educacionais mais adequadas, enquanto também resistem à retórica da "inevitabilidade" que frequentemente motiva a prescrição de certas políticas

A questão que enfrenta-se agora é: Até que ponto a inclusão dos portadores de NAE destabilizam os sistemas educativos e que medidas devem ser tomadas para atenuar este desassossego?

É preciso ter em conta que, actualmente a universidade é considerada como sendo uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano que, por um lado provê educação tanto terciária (graduação) quanto quaternária (pós-graduação), pelo que gozam de autonomia para executar suas finalidades. Significa que através da extensão universitária ou académica as Universidades deverão desencadear determinadas acções junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos.

Nesta perspectiva Inclusão, seguindo o seu curso natural, irá enfraquecer cada vez mais os sistemas educativos promovendo e de que maneira o desassossego caso não sejam tomadas medidas adequadas surgidos para melhorar as estratégias e os mecanismos de acesso, assim como as condições de permanência e mobilidade das pessoas pertencentes a grupos pouco favorecidos ou vulneráveis nas instituições de Educação, iniciando-se no infantil e culminando no Ensino Superior.

Posto isto, importa realçar que, para minimizar o desassossego que actualmente prevalece nos sistemas de ensino por conta da inclusão da população especial, há que desenvolver medidas para criar, ou melhorar, os mecanismos de inclusão social e equidade nas IES pondo uma ênfase especial na interseccionalidade dos diversos marcadores de diferença como:

- a) sexo, diversidade sexual, etnia/raça, nível socioeconómico, idade incapacidade;
- b) Capacitação do pessoal universitário;
- c) Formação de especialistas em inclusão social e equidade;
- d) Ampliar os laços entre as IES e outros atores da sociedade civil e estabelecer
- e) uma rede de universidades para intercambiar experiências e aproveitar processos de sinergia;
- f) Harmonizar e transnacionalizar as medidas propostas da acção para garantir sua aplicabilidade a nível local.

MÉTODO

O presente trabalho é sobretudo uma pesquisa bibliográfica a respeito do impacto das políticas de Integração/Inclusão nos sistemas sociais, com enfoque na educação, feito em artigos científicos e revistas específicas desta linha de raciocínio com o objectivo de avaliar os constrangimentos que podem causar desassossego no seio dos referidos sistemas e propor soluções melhorias.

Por outro lado, para este trabalho utilizou-se também observação participante, numa tentativa de tirar partido do facto de ser docente com especialidade nesta e experiência nesta linha de raciocínio, em quase todos os níveis de ensino.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram portanto: a obrigatória pesquisa bibliográfica, análise documental e a observação estruturada, como bem nos revela a própria denominação, caracterizou-se por ser uma acção minuciosamente planejada, com vista a atender critérios preestabelecidos. Assim, o intuito foi manter-se o mais objectivo possível, eliminando por completo a minha influência sobre os fenómenos em estudo e limitando - me somente a descrever informações precisas acerca do fato em questão. Cabe ressaltar que, mediante tais aspectos, fez-se necessário, como anteriormente expresso, um plano previamente elaborado, que forneceu os subsídios necessários à análise desta situação, cuja natureza se manifesta por um aspecto iminente exploratório.

RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados recolhidos no âmbito deste estudo, possibilitaram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado as diversas Políticas utilizadas no âmbito educativo, com ênfase nas recentes política de Integração e Inclusão bem como respectivos impactos nos sistemas educativos. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva tem de facto possibilitado o alargamento do ensino a todos os indivíduos, independentemente das deficiências, desvantagens e/ou Handicap's que eventualmente possam apresentar, muito embora essa inclusão pode ser denominado muitas vezes de inclusão exclusiva na medida em que esta população especial, muitas vezes, não é atendida de forma adequada as respectivas necessidades, o que desencadeia de facto o desassossego no seio dos sistemas educativos.

A nível das universidades esta problemática, foi investigada sob diferentes enfoques, desde do impacto das diversas políticas educativas na Governação da Educação até definições mais relativas a Inclusão dos alunos portadores de Necessidade Educativas Especiais, e respectivo impacto em termos de qualidade do ensino. A postura da maioria dos participantes evidencia uma posição favorável a Inclusão no âmbito da Governação da Educação nas universidades, mesmo sabendo que este facto intensifica os desafios a nível qualitativo.

Tanto os docentes, como os investigadores desta linha de raciocínio demonstraram que, as universidades dos países e regiões de Língua Portuguesa não estão devidamente preparadas para a Educação Inclusiva, e que a grande maioria dos respectivos docentes não aplicam as práticas educacionais essenciais à inclusão das populações especiais dado a fraca preparação e empenho da população discente, nesta linha de raciocínio.

Os dados obtidos vêm reafirmar a necessidade de que os agentes e gestores educacionais sejam consultados e participem activamente das

mudanças e transformações ocorridas no âmbito escolar, Machado (2003). Suas experiências e seus questionamentos são fontes de informações relevantes acerca da realidade escolar e precisam ser levados em consideração no momento em que os órgãos governamentais decidem os rumos da educação.

Conclui-se que é preciso colocar em prática as ideias base associadas ao movimento da inclusão e aos serviços de educação especial e possibilitar a oportunidade de melhor compreender os conceitos de necessidades especiais e de necessidades educativas especiais, tendo por base as problemáticas que os integram e colocando em evidência um modelo de atendimento à Diversidade - que permite a implementação de programas educativos eficazes para os alunos com necessidades especiais, designadamente para os alunos com necessidades educativas especiais, Correia (2008).

Conclui-se com a sugestão de que o intuito deve ser fornecer a educadores, professores, psicólogos, terapeutas, outros profissionais envolvidos na educação e pais um conjunto de temas, abordados de uma forma simples e sucinta, destinados a promover a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos nas matérias que se propõem abordar no âmbito das políticas inclusivas.

Para além desta sugestão, aconselha-se a divulgação de textos cujo impacto se faça sentir nos meios académicos, educacionais, sociais e políticos, que permitam originar ou relançar debates em prol do sucesso escolar de todos os alunos, designadamente dos alunos com necessidades educativas especiais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA, R. (1997), *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa: Dina Livro;

BAUTISTA, Rafael., (1997) *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa, Dinalivro;

BELTRÁN, J. et al., (1984). *Psicología de la educación*. Compostela, Eudema;

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto, Porto Editora;

BLANCO, Rosa. *Aprendendo na diversidade*. Transcrição da Conferência “*Aprendendo en la Diversidad: Implicaciones Educativas*”. III c BLOM, B. Hastings e MADAUS (1971). *Handbook on Formative and Sumative Evaluation of Student Learning*. New York: McGraw-Hill Book Company;

“Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994: Salamanca)”. *Declaração de Salamanca e Linha de Acção sobre necessidades educativas especiais – 2a ed.* – Brasília: CORDE, 1997;

CORREIA, Luís Miranda (2007) *Alunos com NEE nas classes regulares: Coleção Educação Especial*, Porto Editora, LDA;

CORREIA, Luís de Miranda (2003). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto, Porto Editora;

“Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. *Plano de Acção para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Nova Iorque: WCEFA: 1990;

BENEDITO V.; Ferreiras V.; Ferrer, V. (1995). La Formación Universitaria a Debate. Barcelona: Universidade de Barcelona, Editorial Gráfica Nueva.

COTESÃO, Luísa (1993). Avaliação Formativa – Que Desafios? Porto: Edições Asa.

DAMAS, Maria; De Ketele (1985). Observar para Avaliar. Coimbra: Livraria Almedina;

ANTUNEZ, S. (1994). “La participación como factor de calidad educativa. Madrid: Santillana.

SASSAKI, Romeu K., (1997) Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA;